

EDITORIAL

Arqueologia Pública é um conceito de recente desenvolvimento, resultado das transformações no âmbito das sociedades e das ciências, nas últimas décadas. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as diversas sociedades passaram por transformações profundas, em particular com a emergência social de grupos como as minorias étnicas e as mulheres. Os movimentos pelos direitos civis e pela emancipação feminina intensificaram essas tendências e foram seguidos por múltiplos outros, tais como a luta contra o belicismo, pela liberdade de opção sexual, pela liberdade política e social, em diferentes países. A década de 1980 viria a consolidar essas novas realidades, com o questionamento da homogeneidade social e com a luta pelo respeito e valorização da diversidade ambiental e cultural.

As ciências não deixaram de ser afetadas. A neutralidade da ciência foi questionada, assim como a objetividade, herdada do positivismo, da pesquisa científica. Os modelos normativos de interpretação da sociedade foram postos em cheque e a distância da ciência em relação à sociedade foi criticada. Como resultado, as ciências passaram a interagir, de forma programática e consciente, com os grupos sociais, visando a políticas públicas. No campo da Arqueologia, estas mudanças levaram à constituição do Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986, e à interação entre arqueólogos e indígenas e membros das comunidades em geral.

No Brasil, a expressão Arqueologia Pública, surgida em âmbito anglo-saxão, ainda é nova e pode levar a confusão. De fato, público, em sua origem inglesa, significa “voltada para o público, para o povo” e nada tem a ver, *stricto sensu*, com o sentido vernáculo de público como sinônimo de “estatal”. Ao contrário, o aspecto público da Arqueologia refere-se à atuação com as pessoas, sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou locais, sejam estudantes ou professores do ensino fundamental ou médio. A ação do Estado dá-se, de maneira necessária, por meio da legislação de proteção ambiental e cultural que leva empreendedores – empresas privadas ou públicas – a custear estudos de impacto ambiental e cultural. Nem sempre tais estudos visam à ação pública, no sentido mencionado acima, de interação com as pessoas. Do nosso ponto de vista – e esta revista serve a este propósito – a ciência não deve alhear-se da sociedade, sob o manto diáfano do empirismo. A Arqueologia Pública, entendida como ação *com* o povo, para usarmos uma expressão de Paulo Freire, permite que tenhamos uma ciência aplicada em benefício das comunidades e segmentos sociais. A nova publicação está aberta a todos.

Pedro Paulo A. Funari
Erika M. Robrahn-González

A publicação deste volume foi possível graças ao apoio da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (CCRG) que vem realizando um programa de pesquisa em arqueologia pública do Programa de Ampliação da Mina Limeira, município de Ribeirão Grande / SP. Ficam aqui nossos agradecimentos especiais ao engenheiro Luiz Carlos Busato, que prontamente acatou a idéia de tornar público os resultados alcançados pelo trabalho.